

Governo já está tentando alterar acordo da dívida

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — Durou pouco o entusiasmo do governo e a fé da comunidade internacional no acordo da dívida externa assinado em setembro passado, que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, classificou como "o melhor acordo já assinado por um país do Terceiro Mundo". Menos de dois meses após a sua entrada em vigor, representantes do governo e dos bancos credores voltaram a sentar-se à mesa de negociações, no final da semana passada em Nova Iorque, para discutir mudanças em itens do acordo, que o Brasil agora considera oficialmente difícil cumprir.

Reforçada pelos rumores sobre a extinção dos leilões de conversão da

dívida externa em investimentos, a desconfiança do mercado em relação às perspectivas de cumprimento do acordo fez o deságio da dívida nas operações informais de conversão elevar de 50% no início de novembro para 61% na semana passada, quase atingindo a taxa recorde de 63% de deságio verificada na época da moratória. Foi uma semana negra para a dívida externa, que também incluiu os anúncios dos bancos credores privados, do Eximbank japonês e do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que não irão mais liberar os empréstimos anteriormente acertados com o país para esse final do ano devido ao impasse nas negociações sobre o desembolso de US\$ 500 milhões do Banco Mundial (Bird) e ao descumprimento das metas de política monetária prometidas em junho ao FMI.

O agravamento do processo inflacionário tornou claramente desaconselhável a concretização de duas importantes cláusulas do acordo, em razão do impacto das operações de relending (reempréstimo) e de conversão da dívida no controle da expansão monetária. A elevada emissão de cruzados que o Banco Central precisaria promover para fazer frente a essas operações é incompatível com a política de aperto monetário planejada pela equipe econômica governamental para o próximo ano. Esses são os argumentos que o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, apresentaram aos bancos credores no final da semana passada, numa tentativa de obter uma solução negociada para o impasse.

De acordo com a versão oficial do Ministério da Fazenda, os dois foram a Nova Iorque discutir com os bancos uma forma de realização dos reempréstimos e das conversões que reduzisse os efeitos dessas operações na expansão da base monetária, sem colocar em jogo a hipótese de revisão do acordo. Nos círculos ligados à questão da dívida, de dentro e fora do governo, entretanto, a missão dos dois emissários do governo aos Estados Unidos foi interpretada como uma preparação de terreno para o pedido de revisão do acordo.

A essas dificuldades no cumprimento do acordo que se chocam com a política econômica planejada para 1989, soma-se ainda o atraso nos desembolsos de importantes empréstimos externos desencadea-

do pela recusa do Banco Mundial em liberar um empréstimo de US\$ 500 milhões para o setor elétrico, por suspeitar que os recursos fossem desviados para o programa nuclear. Como permite o acordo de setembro, os bancos credores anunciaram na semana passada que não farão mais nesse ano a liberação da segunda parcela do chamado dinheiro novo, no montante de US\$ 600 milhões, que estava vinculado à concessão do empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Mundial. O conflito com o Bird também provocou a suspensão do empréstimo de US\$ 650 milhões do Eximbank japonês, que é co-financiador do projeto do Banco Mundial. Além disso, o FMI anunciou semana passada a suspensão de créditos de US\$ 40 milhões.

"As recentes notícias sobre a dívida são uma indicação de que a equipe econômica está reconhecendo a insuficiência do acordo que negociou", diz o economista Paulo Nogueira Batista Jr., chefe do Centro de Estudos Monetários da Fundação Getúlio Vargas. "Lamento que isto ocorra só agora, porque quando a minuta do acordo foi anunciada, em junho, economistas de fora do governo previram todos os problemas que ultimamente vêm-se materializando, como os riscos da vinculação dos desembolsos dos recursos dos bancos à liberação dos financiamentos do Banco Mundial e o agravamento da situação financeira do setor público em consequência das operações de reempréstimo e conversão da dívida."